PL 348/2001

JUSTIFICATIVA

A construção de uma identidade paulistana está entre os grandes desafios por enfrentar na nossa cidade. O observador superficial poderá, talvez, desqualificá-la frente a urgências mais clamorosas e aflitivas. No entanto, ela tem tudo a ver com a qualidade de vida, alegria de viver e auto-estima de 10 milhões de cidadãos.

Somos uma das cidades mais antigas do Brasil, a maior, a mais rica, mas uma metrópole desvinculada de suas raízes culturais, de sua identidade.

O Projeto do Parque dos Povos de São Paulo, que ora apresentamos, pretende criar um referencial e um cartão postal para a construção dessa identidade. Ele tira partido da mais notável peculiaridade da nossa cidade - a condição de ponto de encontro e fusão de gente vinda de todos os quadrantes do país e do planeta.

Somos uma cidade superlativamente cosmopolita, tanto quanto Nova Iorque e Londres. Todavia, contrariamente a essas cidades, São Paulo não se "guetificou"; fundiu-se em um povo único. Somos a cidade de um só povo, com mil origens; essa é nossa especificidade e, modéstia à parte, nossa grande vantagem.

Germinou aqui, aos "trancos e barrancos" um tipo de matriz flexível e aberta, de humanismo desimpedido, que um dia ainda pode se tornar artigo de exportação e ajudar a resolver alguns dos problemas cruciais do mundo neste novo milênio.

O Parque dos Povos de São Paulo será um espaço de cultivo de nosso cosmopolitismo à paulistana - humanista e aberto e também de fortalecimento da relação com os povos que nos originaram e com o planeta como um todo.

A nossa intenção em localizar o Parque às margens do Rio Tietê tem fundamento na necessidade de revitalizar áreas subaproveitadas, de urbanização rarefeita e em crise de vocação, transformando-as em novo cartão postal da cidade.

Por outro lado, as parcerias a que nos referimos no PL darão condições de construção e sustentabilidade ao Parque. Pelo mundo afora, parques temáticos como o aqui proposto, são explorados comercialmente, firmando-se como um próspero ramo da indústria do turismo, com conseqüentes ganhos de divisas e receitas para os cofres públicos.

Estas as razões que motivaram e justificam nossa propositura, para a qual contamos com a aprovação dos Nobres Pares.